Treinamento, triagem de pessoal e cultura

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A PSN02 exige que a empresa verifique a integridade dos funcionários antes da contratação e os treine em prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (AML/CFT) na admissão e regularmente depois, com conteúdo adaptado às respectivas funções.[1] Em uma empresa de DPT, o treinamento precisa abranger a dimensão on-chain. A equipe deve aprender a ler um relatório de análise de blockchain, a reconhecer as tipologias de fraude que chegam à linha de frente, a entender como funciona a travel rule e o que significa tipping-off (alerta indevido ao cliente) em um ambiente de atendimento baseado em chat. Os inspetores da MAS entrevistam a equipe da linha de frente e testam seus conhecimentos. Um atendente que não consegue explicar por que um saque foi retido mostrou ao inspetor uma falha de treinamento. Aquele que diz ao cliente "o compliance sinalizou você" revelou um risco de tipping-off em uma única frase.

A cultura é mais difícil de inspecionar, mas a MAS tenta. As diretrizes de Individual Accountability e o histórico de medidas sancionatórias mostram onde a MAS olha. Ela pergunta se o compliance foi atropelado pela área de negócios, se a remuneração premiou o volume sem levar em conta o risco e se a equipe podia manifestar preocupações. Uma start-up de DPT cujos fundadores enxergam o compliance como

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

um custo de licenciamento terá um compliance officer incapaz de se impor e um dossiê que o comprova. Na minha experiência, os fundadores que se saem melhor com a MAS são os que aceitaram que a função de compliance faz parte do produto. As relações bancárias da empresa, seus clientes institucionais e sua licença dependem dela.

Nota prática

É possível estruturar a função de compliance de um licenciado de DPT em Singapura de modo a satisfazer a MAS no porte de uma empresa de trinta pessoas. Nomeie um compliance officer residente em Singapura, com competência em análise de blockchain, que se reporte ao conselho e tenha o direito documentado de bloquear transações. Dê a ele uma equipe de pelo menos dois analistas para monitoramento e triagem, dimensionada ao volume de transações segundo uma proporção documentada. Contrate anualmente um revisor externo para a auditoria independente, com mandato para testar os dossiês de ponta a ponta. Realize trimestralmente um comitê de compliance com a presença do conselho e registre em ata a discussão sobre avaliação de riscos, estatísticas de STR, conclusões de auditoria e mudanças regulatórias. Limite o conjunto de políticas a um documento central do programa de AML/CFT, com anexos para cada tema da PSN02. Faça a remissão de cada anexo ao parágrafo da notice que ele implementa. Uma empresa organizada dessa forma consegue responder a qualquer pergunta de um inspetor no mesmo dia em que é feita.

Notas

1. MAS Notice PSN02, par. 16, sobre contratação e treinamento de funcionários. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com